



CONSULTA 0006364-95.2012.2.00.0000

Requerente: Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Espírito Santo

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA. SISTEMÁTICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AOS RECURSOS ORIUNDOS DA APLICAÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. MATÉRIA REGULADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 154/2012 QUE PREVÊ SOMENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA APLICAÇÃO DESSES RECURSOS À UNIDADE GESTORA, QUE É A VARA DE EXECUÇÃO DA PENA OU MEDIDA ALTERNATIVA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. DÚVIDA QUANTO A OBRIGATORIEDADE DA UNIDADE GESTORA, POR SEU TURNO, PRESTAR CONTAS DA APLICAÇÃO DESSES RECURSOS AOS TRIBUNAIS A QUE SE VINCULAM OU À CORTE DE CONTAS ESTADUAL.

1. Unidades gestoras dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária que estão obrigadas a prestar contas desses recursos aos Tribunais a que se vinculam, em obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, declinados no caput do artigo 37, bem como ao comando expresso no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.
2. Tribunais Estaduais e Federais que, por seu turno, devem prestar contas desses mesmos recursos à Corte de Contas a que se vinculam.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo sobre a sistemática de prestação de contas relativa aos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.

Relata o autor da consulta que o art. 4º da Resolução CNJ n. 154/2012 determina que esses recursos, que devem ser destinados a entidades públicas ou privadas com finalidade social ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, são objeto de prestação de contas à unidade gestora.

Indaga o TJES se a unidade gestora, que é o Juízo da execução da Pena ou medida alternativa de prestação pecuniária, conforme a designação contida no parágrafo único do art. 1º da Resolução CNJ n. 154/2012, deve ao final prestar contas da utilização desses recursos ao Tribunal de Justiça de que faz parte ou ao Tribunal de Contas da unidade federativa correspondente.

Justifica a formulação da presente Consulta em razão da lacuna da Resolução CNJ n.154/2012, que não tratou dessa questão.

Solicitei um parecer sobre a matéria consultada à Secretaria de Controle Interno, que se encontra reproduzido neste Voto.

É o breve relatório.

VOTO

A consulta está revestida dos pressupostos do interesse e repercussão gerais, bem como foi formulada em tese, em atendimento ao disposto no artigo 89 do Regimento Interno deste Conselho, razões por que dela conheço, passando a respondê-la.

A presente consulta é formulada com base na seguinte premissa, *sic*:

Por se tratar de recursos públicos, conforme expressamente explicitado no art. 4º da Resolução CNJ n. 154/2012, a unidade gestora não estaria obrigada a prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado ou ao Tribunal de Justiça, que prestaria contas ao Tribunal de Contas (cf. art. 70 da Constituição Federal reproduzido integralmente, com as adequações necessárias à esfera estadual, pelo art. 70 da Constituição do Estado do Espírito Santo?)

Estabelecida a premissa, indaga o consulente:

A unidade gestora, conforme conceituação inserta no § único do art. 1º da Res. Nº 154, está obrigada a prestar contas dos valores manejados e destinados às instituições favorecidas ao Tribunal de Contas do Estado?

No que se refere aos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária, sua aplicação e controle são regulados pelos artigos 1º, 2º e 4º da Resolução CNJ n. 154/2012, *verbis*:

Art. 1º - Adotar como política institucional do Poder Judiciário, na execução da pena de prestação pecuniária, o recolhimento dos valores pagos em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas por meio de alvará judicial, vedado o recolhimento em cartório ou secretaria.

Parágrafo único. A unidade gestora, assim entendida, o juízo da execução da pena ou medida alternativa de prestação pecuniária, ficará responsável pela abertura da conta corrente junto à instituição financeira estadual ou federal, exclusiva para o fim a que se destina.

Art. 2º - Os valores depositados, referidos no art. 1º, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

§ 1º A receita da conta vinculada irá financiar projetos apresentados pelos beneficiários citados no caput deste artigo(...)

Art. 4º - O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, devem ser norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos, dentre outros, dispositivos no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem se olvidar da indispensável e formal prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena

de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e a transparência na destinação dos recursos.

Parágrafo único. A homologação da prestação de contas será precedida de manifestação da seção de serviço social do Juízo competente para a execução da pena ou medida alternativa, onde houver, e do Ministério Público.

Está certo, portanto, que os beneficiários deverão prestar contas da destinação dos recursos para as unidades gestoras ali referidas, isto é, os juízos da execução da pena ou medida alternativa de prestação pecuniária.

Em que pese ter a Resolução n. 154/2012 ter suprido a omissão normativa quanto ao controle dos recursos acima referidos, não chegou a dispor sobre a prestação de contas das unidades gestoras.

É precisamente com base nessa omissão que o Tribunal requerente suscita a dúvida quanto à necessidade de a unidade gestora prestar contas dos referidos recursos ao tribunal de contas do Estado.

Ora, a omissão da Resolução não pode ser tomada por uma lacuna de todo o sistema normativo. Pelo contrário, a norma fundamental cuida expressamente da hipótese.

Para além dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, declinados no caput do artigo 37, o parágrafo único do art. 70 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 19 de 1998, impõe o dever expresso e universal de prestação de contas:

"Art. 70. (...) "

(...)

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

Dele decorre, sem espaço para dúvidas, a obrigatoriedade de prestação de contas por todos aqueles que administram ou têm sob sua guarda valores e bens pertencentes ao poder público, como é o caso das unidades gestoras e dos tribunais.

Nesse sentido, o competente parecer exarado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, que transcrevo em parte, grifando os trechos mais esclarecedores:

1. *Reporto-me ao despacho exarado por meio do evento n° 6 do processo em referência, para informar que a consulta formulada pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo decorre do fato de a Resolução CNJ n° 154/2012 estabelecer que a prestação de contas da utilização dos recursos de pena de prestação pecuniária, depositados em conta judicial, deve ser feita perante a unidade gestora, assim entendida, o juízo da execução da pena ou medida alternativa de prestação pecuniária.*

2. *No entanto, apesar do art. 4º da referida Resolução explicitar que os recursos são públicos, não houve indicação sobre a necessidade de prestação de contas das unidades gestoras para os Tribunais de Justiça ou de Contas.*

3. ***O parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 estabelece que qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária, deve prestar contas.***

4. ***A Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU), de nº 8.443/1992, estabelece no art. 5º que a jurisdição do TCU abrange "qualquer pessoa física, órgão ou entidade (...), que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assuma obrigações de natureza pecuniária".***

5. *A referida lei dispõe ainda que:*

Art. 6º Estão sujeitas à tomada de contas e, ressalvado o disposto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, só por decisão do Tribunal de Contas da União podem ser liberadas dessa responsabilidade as pessoas indicadas nos incisos I a VI do art. 5º desta Lei.

Art. 7º As contas dos administradores e responsáveis a que se refere o artigo anterior serão anualmente submetidas a julgamento do Tribunal, sob forma de tomada ou prestação de contas, organizadas de acordo com normas estabelecidas em instrução normativa.

Parágrafo único. Nas tomadas ou prestações de contas a que alude este artigo devem ser incluídos todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, geridos ou não pela unidade ou entidade.

6. ***Como se vê, a Lei nº 8.443/1992 dispõe que somente por decisão do Tribunal de Contas da União é que as pessoas podem ser liberadas da obrigatoriedade de prestar contas. É bem provável que os Estados também tenham regulamentação própria para a matéria, uma vez que o art. 75 da Constituição Federal estabelece que "As normas (...) aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios".***

10. *Além disso, esta Secretaria sugere a expedição de ofício:*

a) do CNJ aos Tribunais de Contas da União e dos Estados para ciência da Resolução CNJ nº 154/2012 e, se for o caso, regulamentarem na respectiva área de atuação, os procedimentos a serem observados pela unidade gestora, designada na forma da citada resolução, para prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos de pena de prestação pecuniária: e

b) do CNJ à Corregedoria Nacional de Justiça, para ciência da expedição de ofícios aos tribunais de contas, com recomendação para que as corregedorias na regulamentação requerida no art. 5º da Resolução CNJ nº 154/2012 considerem a possibilidade de indicação, pelas Cortes de Contas, de regulamentação dos procedimentos a serem observados pela unidade gestora, designada na forma da citada resolução.

Com esses elementos, estou convencido de que as unidades gestores devem prestar contas aos tribunais dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária por elas administrados, bem como que os tribunais, por sua vez, devem prestar contas desses recursos aos tribunais de contas aos quais estão vinculados, sob pena de se ferir o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição, sem falar nos princípios que regem a administração pública, como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, especialmente naqueles seus aspectos que conformam a transparência.

Respondo, portanto, à presente Consulta na seguinte forma: ***Não, a unidade gestora, conforme conceituação do § único do art. 1º da Resolução n. 154/2012, não está obrigada a prestar contas dos valores manejados e destinados às instituições favorecidas diretamente ao tribunal de contas, mas deve prestar contas desses valores ao Tribunal em cuja estrutura administrativa está inserida que, por sua vez, deve prestar contas desses valores ao tribunal de contas ao qual está vinculado.***

No que se refere às sugestões do parecer, é interessante, de fato, chamar a atenção tanto dos Tribunais de Contas quanto dos Tribunais Estaduais e Federais acerca da necessidade de regulamentação da prestação de contas desses recursos, caso ela já não exista.

Portanto, oficie-se aos Tribunais de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal e aos Tribunais Estaduais e Federais nesse sentido.

É como voto.

Comunique-se às partes.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 18 de Dezembro de 2012 às 19:24:04

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
52ec8bc5269a7e5fdf86cd9df4b7576a



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/04/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **683519**



13021917395500000000000682811